

O IMPOLÍTICO: A RADICALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Por Vilma Luzia Dolinski

O impolítico é o nome dado a uma corrente filosófica na qual se insere pensadores que se inspiram em Nietzsche, Heidegger, Arendt e Foucault entre outros. Propõe pensar a realidade toda como impolítico. À primeira vista parece tratar-se de antipolítica, mas conforme demonstra Esposito, seria antes a radicalização da política visto que os pensadores que nela se inserem têm essa característica de radicalizar as questões políticas. A impolítica não é antipolítica. A antipolítica como uma atitude de combate e principalmente de desinteresse, descrédito e afastamento com a justificativa de que a política é desnecessária, ineficaz ou inútil é um fenômeno moderno também chamado, por Esposito, de despolitização resultante da imunização de toda a forma de comunidade. Isso se deu porque se pensou a comunidade em termos outros que não o da relação. Nesse sentido a política moderna é também antipolítica porque nega o conflito. “Exatamente tudo o que não faz o impolítico que, em lugar de chocar com o conflito político, ou negar a política como conflito, a considera como a única realidade ou toda a realidade” (ESPOSITO, 2009. p 14). Política é conflito.

O impolítico é a desconstrução não ideológica da modernidade porque não apresenta nenhum projeto de renovação, não apresenta uma solução, apenas oferece um diagnóstico. O impolítico não aceita a ideia de crise. Alega que não há um começo da política e depois uma crise. Não há um próprio e depois o impróprio, que seria a crise. Não há uma essência de político e depois uma corrupção, degeneração ou desenvolvimento. A impolítica aparece na modernidade porque este é o momento em que se dão as condições de seu aparecimento. Nesse momento se puderam visualizar outras épocas e fazer comparações para desconstruir discursos, pontos de vista e modos de se contar a história.

A impolítica aparece na modernidade porque este é o momento em que se dão as condições de seu aparecimento.



Hanna Arendt 1906 - 1975

Hannah Arendt nos ensina, na obra *A condição humana* que na Grécia antiga, berço de nossa cultura, quando surgiu a política como a arte da persuasão entre iguais, as mulheres, os escravos e os estrangeiros não participavam ficando na esfera privada juntamente com tudo o que se referia ao reino das necessidades como, por exemplo, a economia e a intimidade (ARENDR, 2008. p 37/38).

A Roma antiga, outro marco de origem da nossa cultura da qual herdamos muitos princípios que ainda regem as questões de direito, a mulher pertencia à família, mas ela mesma não possuía e nem constituía uma família, pois, como indica o próprio termo: *famulus* significa escravo doméstico ou propriedade doméstica, sendo que só o homem tinha família, a qual se constituía de mulher, filhos e escravos, sobre a qual exercia poder de vida ou morte. Esse direito do homem como chefe de família perdurou até o final do século XX em nosso país. A mulher era considerada um ser inferior, infantil, incapaz de ter direitos porque sem autonomia. Isso era tido como “natural” e enquanto ao homem era dado o direito de lutar contra a natureza a fim de transcendê-la construindo cultura, a mulher tinha o dever

de ficar na imanência. Porém, num determinado momento, que podemos situar na modernidade, levanta-se a questão sobre a condição dos operários e das mulheres em nossa cultura. Esse momento histórico se torna relevante e é importante compreendê-lo porque é nesse período que surgem vários movimentos que se manifestam criticando e denunciando situações de opressão e pedindo mudanças. Na análise de Arendt esse período é marcado pela expansão da esfera privada em

Superar o natural e construir o cultural representa autonomia e liberdade, superação e transcendência, características tidas como essencialmente humanas e que cabiam apenas ao homem liberto do trabalho.

detrimento do espaço público (ARENDR, 2008. p 78/83). Sendo assim é compreensível que a mulher e tudo o que estava na esfera privada se torne visível, a sua condição de vida no lar, suas tarefas e atribuições. Esse fenômeno pode ser chamado de despolitização que se caracteriza em comparação com a Grécia antiga onde se valorizava a esfera pública, a liberdade e autonomia dos cidadãos capazes de grandes feitos na Polis e se desvalorizava a sociedade por ser parte da natureza ou da necessidade. Superar o natural e construir o cultural representa autonomia e liberdade, superação e transcendência, características tidas como essencialmente humanas e que cabiam apenas ao homem liberto do trabalho. A modernidade resolve isso em termos de contrato social. O temor do ser humano diante da natureza, a não compreensão de seu funcionamento fez criar artifícios de proteção como um Estado protetor. O contrato social ao artificializar a sociedade a transforma em cultura. A natureza, nesse momento, já não apresenta tanto perigo com as novas técnicas de fabricação, dando a sensação de domínio sobre ela, agora compreendida como um simples mecanismo. A grande importância dada às questões econômicas e sociais faz parecer que as mulheres e trabalhadores se tornam importante, talvez sim, mas da mesma forma ou com a mesma importância dada aos bens materiais que fazem parte da esfera privada. A política moderna “protege” a iniciativa privada como algo quase sagrado, e se caracteriza como liberdade e autonomia que deve ser manifestada, não em grandes feitos, mas na livre expressão e associação. Daí surge os vários movimentos sociais com intenção de lutar por direitos individuais e coletivos, mas na ordem do contrato social.

O pensamento de Esposito sobre a relação vem elucidar e contribuir para a compreensão das relações humanas. A situação de conflito numa relação faz ver o problema, por exemplo, a inferiorização, possibilitando a superação, porém sem apresentar um modelo ideal. Esta é a dificuldade para um pensamento ordenador que precisa estabelecer um antes e depois, um certo e errado para só então agir. O impolítico, ao não apresentar um projeto, no sentido de um modelo a seguir, deixa a critério de cada um criar o que seria o modelo, o certo, o bom ou o bem. Nisso reside toda a força dessa teoria que é enfatizar o que há de mais propriamente humano: a criação. Isso nos remete diretamente a Heidegger que demonstrou o *dasein* como ser que compreende

e por isso está em jogo, tem de decidir sobre seu ser (HEIDEGGER, 1998. §9).

O impolítico pensa a realidade não como dicotomia entre imanência/transcendência. O impolítico desconstrói as polaridades ao demonstrar que não há como separar os contrários porque estão imbricados, envolvidos. E isso não significa desorganização, falta de racionalidade, significa apenas pensar as coisas como elas de fato são e não como deveriam ser a partir de uma racionalidade ordenadora. A realidade não é ordem, razão, organização, a realidade é mistura de tudo, envolvimento de contrários, tentarem separá-los confunde. A razão calculadora talvez

O impolítico se afasta de toda a teologização política ao considerar que o poder e o bem não estão conjugados e que precisamos superar a dualidade bem e mal em nossas relações.

não dê conta de apreender essa realidade, mas a compreensão sim. Essa realidade é a política compreendida a partir das categorias do impolítico.

O impolítico se apresenta como um caminho mais seguro, porque mais radical e por isso mais profundo. Parte da raiz das questões: como se dá a comunidade humana? Seria a partir da identidade? O que nos identifica? Pensar a identidade só é possível a partir do questionamento da essência. Essência é aquilo que uma coisa é e não muda nunca, é o que constitui a natureza de um ser ou de uma coisa. Nas palavras de Arendt: “Nada nos autoriza a presumir que o homem tenha uma natureza ou essência no mesmo sentido que as outras coisas as têm. Todas as tentativas de definir a natureza humana nos levam a idéias sobre humanas” (ARENDDT, 2008. p 19).. O ser humano é um ser em construção. A partir da situação dada inventa sua existência sempre em relação com a natureza e com outros seres.

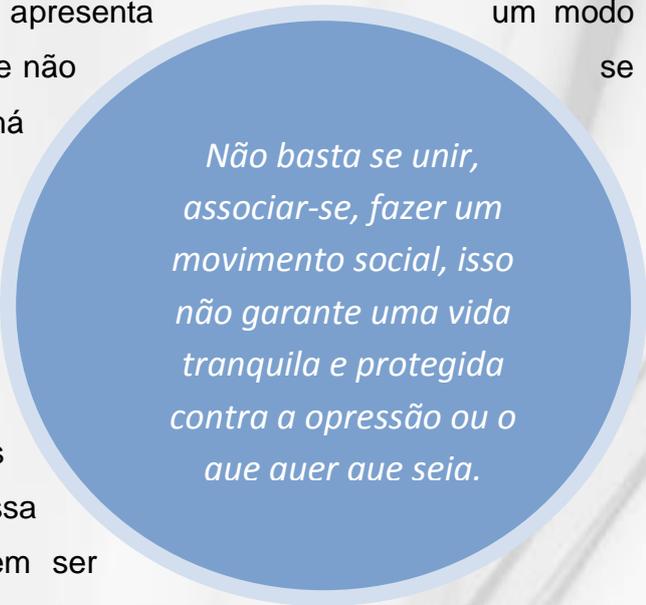
A questão da alteridade que é um problema filosófico e diz respeito às nossas relações com os outros. O mundo humano acontece a partir da alteridade porque não existe um ser só, existe um ser com os outros, no sentido dos outros serem parte constitutiva do próprio ser, conforme nos ensina Heidegger. No entanto, é característica em nossa época pensar em termos de

totalidade excluindo ou absorvendo o diferente. O homem moderno é tido como o sujeito, único e verdadeiro fundamento de todos os demais entes. Isso se deve à tese cartesiana: “Penso, logo existo”, que abreviadamente chamamos de “cogito”. A razão ou o pensamento tem o poder de tudo conhecer, pois pode submeter o real às suas formas de representação. (HEIDEGGER, 1998. §10). Representação é a verdade primeira do nosso pensamento, sobre essa verdade assentou-se todo o conhecimento e por conhecimento entenda-se o saber elaborado pelo sujeito que se quer universal. O pensamento tudo abarca e tudo racionaliza: isso é a totalidade. Mas o outro pode não se deixar apreender, pode resistir à tentativa de quem deseja conhecê-lo, pode não aceitar ser possuído, pode não se submeter aos poderes da razão totalitarista. O outro pode resistir ao sistema racional de nossa sociedade e querer ficar no obscuro e misterioso. O outro é o mistério. Há duas maneiras de apreender o outro: uma é a substitutiva dominadora (HEIDEGGER, 1998. p 173) onde me coloco no lugar do outro e me apodero dele. Essa substituição é domínio e acontece em termos de individualismo onde penso o outro como aquele que faz o que me agrada, aquele que me serve, aquele de quem posso dispor como eu quiser. A outra maneira é a antecipadora e libertadora onde há o respeito pelo espaço do outro e conseqüentemente pelo seu ser. Respeito pela autonomia do outro e sentido de distância, respeito pela liberdade do outro. Isso implica um sentimento de individualização e solidão. “A antecipação é o próprio isolamento realizando-se em meu desligamento dos outros” (HEIDEGGER, 1998. p 173). Isso significa que não vivemos com os outros a partir de um contrato social e sim viver com os outros implica construir nossa individualidade.

A partir das categorias da política liberal que pensa a democracia como liberdade de expressão os movimentos sociais manifestam a opressão que sofrem. Logo percebem que falar simplesmente não basta, é preciso ser ouvido e isso significa ter direitos garantidos. Quando o Estado liberal reconhece o direito está dizendo que ouviu e chegamos ao ponto da eficácia do direito, porque ser ouvido não significa ser atendido. A verdade é que falar e ser ouvido não garante nossa autonomia e liberdade muito menos a paz. Não há regras nem normas ou lei alguma que garanta a tão sonhada paz e tranquilidade que a política liberal ou o Estado de direito diz ser possível

alcançar se todos cumprirem com a norma. Isso porque viver é um risco, é um jogo, é insegurança e inquietude. Neste ponto as considerações de Esposito contribuem muito, principalmente o pensamento da comunidade. Não basta se unir, associar-se, fazer um movimento social, isso não garante uma vida tranquila e protegida contra a opressão ou o que quer que seja. Importante salientar que a crítica de Esposito não é necessariamente uma desconstrução dos movimentos sociais, mas ele apresenta um modo diferente de pensá-los: comunidade não se

constrói pela identidade. Não há identidade porque somos seres únicos, idênticos apenas a nós mesmos. Sequer sabemos quem somos porque cada qual faz de si o que lhe aprouver, somos autônomos e livres, ou pelo menos deveríamos ser. Apenas essa autonomia e liberdade não podem ser garantidas pelo Estado, somente por nós mesmos.



Não basta se unir, associar-se, fazer um movimento social, isso não garante uma vida tranquila e protegida contra a opressão ou o que quer que seja.

Em vez de pensar a identidade temos que pensar a autonomia de si. Assim seria possível instaurar a democracia de fato e não de direito que significa liberdade e autonomia. Para isso deve haver a compreensão de que o cuidado de si não é prerrogativa do Estado. Cada um cuida de si e decide por si. Não podemos capturar em nossa racionalidade totalizadora o outro como um simples objeto, ele pode reagir. Não resta outra saída, no caminho para a democracia de fato, que compreender a pluralidade, como nos ensina Arendt, e pela persuasão tentar convencer o outro sobre o meu ponto de vista porque “a persuasão (...) pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação”. A argumentação pode produzir a ordem igualitária. Isso pode não acontecer e haverá o conflito que as partes autônomas terão que resolver por si. Política seria, então, viver relações conflituosas.

Alcançar essa autonomia é tarefa que cada um(a) assume em seu cotidiano, se achar que deve, na forma em que sua situação permitir, da maneira que sua criatividade lhe ditar e nesse sentido a comunidade se constrói sem ter nada em comum.

Referências:

ARENDDT, HANNAH. *A condição humana*. Trad.: Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____ O que é autoridade? In: *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. 6ª Ed. S.P.: Perspectiva, 2009.

ESPOSITO, R. *Categorias do impolítico*. Herder, 2009. In: <https://leccufrij.files.wordpress.com/.../esposito-r-comunidad-inmu>.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1998